

Diagnóstico Mediação

Comunitária

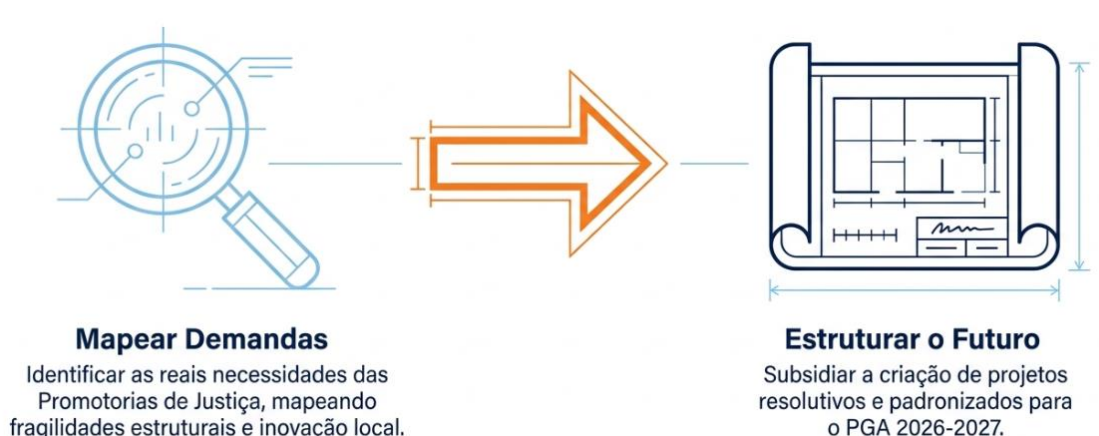
Estratégias e Caminhos para o PGA 2026-2027



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas e desafios das Promotorias de Justiça na área de **mediação comunitária**, a partir de dados coletados junto a unidades da capital e do interior. A análise evidencia que temas como **conflitos familiares e de vizinhança** configuram as maiores prioridades, revelando a necessidade de **estruturação institucional, capacitação técnica e padronização de atuação** para enfrentamento desses conflitos recorrentes.

Os dados apontam que já há **práticas de mediação em parte das unidades, inclusive em contextos de baixa estrutura formal**, mas indicam **fragilidades importantes**, como ausência de equipes técnicas, baixa articulação interinstitucional em alguns territórios e atuação ainda dependente de iniciativas individuais. Por outro lado, destacam-se oportunidades relevantes, especialmente no **interior do estado**, onde há experiências em curso e maior integração com a realidade comunitária e social.



Este diagnóstico tem por objetivo apresentar informações qualificadas para subsidiar a elaboração do **Plano Geral de Atuação (PGA) 2026-2027**, instrumento de planejamento institucional do MPCE, orientando a definição de estratégias, prioridades e projetos capazes de ampliar a resolutividade, a atuação preventiva e a integração institucional na área de mediação comunitária.

PALAVRA DO PRONUMEC

O presente Relatório de Diagnóstico representa um marco importante para o fortalecimento da política institucional de mediação comunitária no Ministério Público do Estado do Ceará. Ao reunir informações qualificadas sobre as demandas, desafios e potencialidades identificadas nas Promotorias de Justiça, o documento oferece uma base para o planejamento das ações estratégicas voltadas à consolidação da mediação comunitária como instrumento de promoção da cultura de paz, prevenção de conflitos e ampliação do acesso à justiça.

É importante destacar que a mediação comunitária constitui uma modalidade específica da mediação, possuindo princípios, metodologia e dinâmica de atuação próprios, que a distinguem das demais formas de mediação. Sua atuação é desenvolvida nos Núcleos de Mediação Comunitária, espaços especialmente estruturados para acolher a população e promover o diálogo, e não nas Promotorias de Justiça. Além disso, o procedimento é conduzido por mediadores comunitários voluntários, integrantes da própria comunidade, selecionados e capacitados pelo Ministério Público do Estado do Ceará, cuja proximidade com a realidade local fortalece os vínculos de confiança, amplia o acesso da população aos meios consensuais de resolução de conflitos e contribui para a construção de soluções sustentáveis e para a promoção da cultura de paz.

Para a Coordenação do Programa Núcleos de Mediação Comunitária – PRONUMEC, este diagnóstico possui especial relevância por evidenciar, de forma objetiva, a necessidade de fortalecer institucionalmente a mediação comunitária. Os resultados demonstram que existe demanda crescente por mecanismos consensuais de resolução de conflitos, especialmente nas questões familiares e de vizinhança, ao mesmo tempo em que apontam desafios relacionados à capacitação permanente e à ampliação da atuação territorial.

As informações apresentadas servirão como importante subsídio para orientar a expansão dos Núcleos de Mediação Comunitária, permitindo que sua implantação ocorra de forma planejada, considerando as especificidades regionais, as demandas locais e a necessidade de integração com a rede de proteção social.

O PRONUMEC compreende que a mediação comunitária é uma política pública essencial para a prevenção da judicialização desnecessária, a redução da escalada dos conflitos e o fortalecimento do diálogo entre cidadãos, instituições e comunidade. Nesse contexto, o presente relatório ultrapassa a condição de um simples levantamento diagnóstico: constitui um instrumento estratégico de gestão, capaz de orientar decisões, definir prioridades e impulsionar uma atuação cada vez mais eficiente, humanizada e resolutive do Ministério Público cearense.

A Coordenação do PRONUMEC agradece à Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa pelo trabalho desenvolvido e reafirma seu compromisso com a implementação das estratégias apontadas neste estudo, na convicção de que o fortalecimento da mediação comunitária representa um investimento na pacificação social, na cidadania e na construção de uma cultura permanente de diálogo e de paz em todo o Estado do Ceará.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **MEDIAÇÃO** e atuação transversal.

A coleta ocorreu de **MAIO de 2026**, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do Núcleo.

Perfil das Respostas

O levantamento registrou **6 respostas únicas**, provenientes exclusivamente de membros com atuação **no primeiro grau de jurisdição**, o que delimita o diagnóstico ao nível mais diretamente vinculado às demandas territoriais e comunitárias. Quanto ao perfil funcional, observa-se predominância de unidades com áreas especializadas como **Criminal, Cidadania, Controle Externo da Atividade Policial, Direitos Humanos, Execução Penal, Família, Juizados Especiais, Júri e Sucessões**, evidenciando uma amostra com diversidade temática. Esse perfil sugere uma base de respostas com visão ampla da atuação ministerial, favorecendo a identificação de interfaces da mediação comunitária com múltiplas áreas.



Sob a perspectiva territorial, verifica-se predominância de respostas do **interior (66,7%)**, em comparação com **Fortaleza (33,3%)**. As respostas do interior distribuem-se de forma pulverizada entre **Cruz, Uruoca, Amontada e Acopiara**, cada uma correspondendo a um respondente, enquanto a capital concentra dois registros. Essa distribuição indica uma amostra mais interiorizada, refletindo percepções ancoradas em realidades locais distintas e, em muitos casos, associadas a contextos de maior proximidade com conflitos comunitários típicos da mediação. Por outro lado, a menor participação da capital limita

inferências generalistas sobre Fortaleza, recomendando cautela interpretativa nesse recorte específico.

Por fim, destaca-se que, embora a amostra seja **numericamente reduzida**, o conjunto apresenta **relevância qualitativa**, na medida em que reúne unidades com atuação direta em áreas sensíveis à mediação comunitária e inclui contribuições especializadas, inclusive com relatos analíticos aprofundados. Dessa forma, os dados permitem extrair **insights consistentes sobre padrões de atuação, demandas e percepções institucionais**, ainda que não tenham pretensão de representatividade estatística ampla.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Para fins analíticos, adotou-se como critério de **alta demanda** os temas mencionados em **≥ 50% das respostas (mínimo de 3 das 6 respostas)**, considerando a pequena dimensão da amostra e a necessidade de evidenciar padrões consistentes.

Nesse contexto, destacam-se dois temas centrais:

- **Conflitos familiares (83,3%)** – mencionados em **5 das 6 respostas**
- **Conflitos de vizinhança (83,3%)** – mencionados em **5 das 6 respostas**



Em um segundo nível, sem atingir o critério de alta demanda, mas ainda relevantes:

- **Questões fundiárias/rurais (33,3%)** – 2 respostas
- **Outros conflitos sociais (33,3%)** – 2 respostas

Conflitos familiares (83,3%)

I – Justificativa

As respostas evidenciam que os conflitos familiares constituem o principal campo de incidência da mediação comunitária, envolvendo questões como **guarda, pensão e dinâmica relacional contínua**. Os relatos abertos reforçam que tais conflitos, quando não tratados precocemente, **evoluem para judicialização ou situações de violência**, indicando caráter preventivo estratégico da mediação. Há menção expressa a **conflitos familiares persistentes com impacto na rede de proteção social**, evidenciando sobrecarga institucional e necessidade de atuação estruturada. Assim, os dados demonstram que esse tema reúne alta frequência e elevado potencial de agravamento, justificando prioridade institucional.

II – Oportunidades de atuação

As respostas abertas apontam como oportunidades: **capacitação contínua de mediadores**, atuação integrada com **assistência social, escolas e saúde**, e implementação de **ações preventivas e restaurativas** voltadas à convivência familiar.

Oportunidade de atuação estruturada junto ao CAOFAFAM.

Evidencia-se também potencial para atuação em **casos de guarda informal, vulnerabilidade social e conflitos intergeracionais**, com uso de estratégias de mediação precoce para evitar escalada. A criação de fluxos estruturados e articulação com a rede de proteção surge como elemento-chave para ampliar resolutividade e reduzir judicialização.

Conflitos de vizinhança (83,3%)

I – Justificativa

Os conflitos de vizinhança apresentam alta incidência, relacionados a **barulho, limites de propriedade, convivência comunitária e uso de espaços públicos**. As respostas abertas indicam que esses conflitos frequentemente evoluem para **ameaças, crimes contra a honra e perturbação do sossego**, revelando risco de escalada para situações mais graves. Há também menção à **dificuldade de comunicação entre população e poder público** como fator agravante, reforçando a necessidade de mediação como instrumento de diálogo estruturado. Dessa forma, o tema combina alta recorrência com impacto direto na segurança e na convivência social.

II – Oportunidades de atuação

As respostas indicam oportunidades na implementação de **mecanismos de mediação precoce e comunitária**, com foco em evitar judicialização de conflitos cotidianos. Destaca-se o potencial de promover **círculos de diálogo e práticas restaurativas**, especialmente em territórios com maior vulnerabilidade social. Também emerge a

necessidade de **articulação interinstitucional e fortalecimento de espaços comunitários de escuta**, além do uso de ferramentas digitais para atendimento e acompanhamento dos casos. Esses elementos apontam para uma atuação territorializada, preventiva e orientada à promoção da cultura de paz.

Os dados revelam forte **convergência temática**, com predominância expressiva de conflitos **interpessoais de baixa complexidade**, especialmente aqueles relacionados ao núcleo familiar e à convivência cotidiana. A incidência de conflitos familiares e de vizinhança em mais de 80% das respostas indica que a mediação comunitária, no âmbito do MPCE, encontra seu principal campo de aplicação em situações que envolvem relações continuadas, proximidade entre as partes e potencial de escalada caso não haja intervenção precoce.

Além disso, a presença secundária de temas como questões fundiárias e conflitos sociais amplia a compreensão de que a mediação comunitária também se insere em contextos mais estruturais, particularmente no interior, embora esses não configurem ainda um padrão dominante na amostra. Assim, os resultados sugerem que estratégias institucionais devem priorizar inicialmente os conflitos de maior recorrência — familiares e de vizinhança — sem desconsiderar a necessidade de abordagem territorial diferenciada para demandas específicas emergentes.





MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ANÁLISE SWOT (FOFA)

O Paradoxo Central do Diagnóstico



A mediação acontece, mas a estrutura técnica não existe.

Membros afirmam que a prática da mediação é comum e reconhecem seu impacto positivo (Avaliação: 3,5/5).

Porém, declaram simultaneamente não possuir equipe técnica instalada ("não há capacidade de mediação").

O Risco: Improvisação, sobrecarga individual e dependência do membro.
O déficit não é a falta de vontade, mas a ausência de institucionalização.

	
Elevada clareza sobre os conflitos mediáveis.	Baixa institucionalização da política.
Reconhecimento institucional do impacto positivo.	Déficit estrutural de equipes técnicas.
Boas práticas individuais consistentes (inovação local).	Ausência de padronização (falta de protocolos e fluxos).
	Desigualdade territorial na maturidade da atuação.

 Oportunidades	 Ameaças
Alta demanda reprimida por resolução amigável.	Escalada de conflitos interpessoais para violência.
Fortalecimento do trabalho em rede (saúde, assistência, escola).	Aumento da judicialização de demandas evitáveis.
Adoção massiva de ferramentas digitais (Teams/Zoom usados em 100% das respostas).	Sobrecarga da rede de proteção social.
Interiorização espontânea.	Atuação fragmentada e respostas desiguais entre comarcas.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Forças

- **Elevada clareza sobre os principais conflitos mediáveis**
 - Conflitos familiares e de vizinhança foram mencionados por **83,3% das respostas**, indicando forte convergência diagnóstica sobre onde a mediação é mais eficaz.
- **Reconhecimento institucional do impacto da mediação**
 - Impacto médio de **3,5/5**, sugerindo percepção positiva dos resultados onde já há prática.
- **Existência de experiências implementadas**
- **Consistência nas soluções propostas nas respostas abertas**
 - Indicações convergentes: capacitação, articulação institucional e práticas restaurativas, reforçando alinhamento estratégico interno.

Fraquezas

- **Baixa institucionalização da mediação comunitária**
- **Déficit estrutural de equipes técnicas**
- **Fragilidade na articulação interinstitucional**
- **Desigualdade territorial na maturidade da atuação**
- **Ausência de padronização operacional**
 - Demandas recorrentes por protocolos, fluxos e modelos indicam inexistência de diretrizes institucionais consolidadas.

Oportunidades

- **Alta demanda reprimida por mediação comunitária**
 - Frequência elevada de conflitos familiares e de vizinhança indica campo amplo para expansão.
- **Potencial preventivo identificado nas respostas abertas**
 - Evidências de que conflitos evoluem para judicialização ou violência quando não tratados precocemente.
- **Fortalecimento da atuação em rede**
 - Respostas indicam integração com assistência social, escolas e saúde como oportunidade estratégica.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Adoção de ferramentas digitais já reconhecidas pelos respondentes**
 - Uso consensual de Teams/Zoom (100%), além de WhatsApp/Telegram e sistemas de agendamento.
- **Interiorização e atuação territorializada**
 - Demandas específicas (fundiárias, sociais) indicam oportunidade de atuação adaptada por território.
- **Interesse explícito em capacitação e suporte institucional**
 - Capacitações, kits e modelos aparecem entre os apoios mais demandados.

Ameaças

- **Escalada de conflitos sociais e interpessoais**
 - Relatos de evolução para ameaças, crimes contra honra e violência em conflitos de vizinhança e familiares.
- **Aumento da judicialização de demandas evitáveis**
 - Evidência recorrente de conflitos que poderiam ser resolvidos de forma consensual antes da via judicial.
- **Sobrecarga das estruturas institucionais**
 - Persistência de conflitos familiares impactando diretamente a rede de proteção social.
- **Fragmentação da atuação institucional**
 - Falta de articulação e padronização pode gerar respostas desiguais entre comarcas.
- **Baixa consolidação da cultura de mediação**
 - Indicação de unidades que ainda não reconhecem a necessidade de articulação ou não utilizam a mediação.

A análise SWOT evidencia um cenário em que há **forte clareza sobre a demanda e potencial da mediação comunitária (forças e oportunidades)**, contrastando com **fragilidades estruturais e institucionais relevantes (fraquezas)** e riscos associados à **não atuação ou atuação insuficiente (ameaças)**. Os dados indicam que o principal desafio não está na identificação do problema, mas na **capacidade institucional de resposta estruturada e padronizada**.

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas não configuram política institucional estruturada, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente em cenários de limitação de equipes e recursos. O diagnóstico evidencia que essas práticas, ainda pontuais, **podem ser capturadas, sistematizadas e difundidas**, contribuindo para maior padronização e fortalecimento da atuação institucional em mediação comunitária.

Boas práticas identificadas:

- **Articulação interinstitucional ativa em algumas comarcas** (atuação com múltiplos órgãos públicos para mediação), indicando experiência concreta de trabalho em rede.
- **Uso de mediação em conflitos penais de menor potencial ofensivo**, especialmente crimes contra a honra e perturbação do sossego.
- **Integração da mediação com a rede de proteção social** (assistência, escolas e saúde), com foco na prevenção de escalada de conflitos.
- **Aplicação de práticas restaurativas e círculos de diálogo comunitário**, voltados à convivência social e cultura de paz.
- **Uso de ferramentas digitais acessíveis** (Teams, WhatsApp, agendamento online) para viabilizar mediações e comunicação com as partes.
- **Interiorização espontânea da mediação comunitária**, com atuação em contextos de vulnerabilidade social e conflitos recorrentes.

Casos Emblemáticos Relevantes

Constatamos um registro relevante, especialmente na resposta da **Comarca de Acopiara**, que descreve de forma detalhada um contexto emblemático:

- **“Conflitos familiares, vizinhança, uso inadequado de espaços públicos e ameaças de menor potencial ofensivo, associados à vulnerabilidade social e ausência de infraestrutura, com impacto na rede de proteção.”**

Esse caso sintetiza múltiplas dimensões (social, urbana e relacional), evidenciando a complexidade e o potencial preventivo da mediação comunitária.

Achados Relevantes

Avaliamos que há um **registro marcante e estruturalmente relevante** que ainda não havia sido explicitado com destaque e que merece constar no diagnóstico:

Ausência de correlação entre prática de mediação e capacidade técnica instalada

- **Evidência:**

Há unidades que afirmam que a mediação comunitária “**é comum**” ou **ocorre**, mas simultaneamente indicam “**não há capacidade de mediação comunitária**” (ausência de equipe técnica).

Justificativa da relevância

Esse achado é **particularmente relevante** porque revela uma **dissociação operacional**:

- A mediação está sendo realizada **sem estrutura formal ou equipe técnica adequada**
- Indica possível **informalidade ou improvisação da prática**
- Aponta para um modelo **dependente da atuação individual do membro**, não institucionalizado

A implicação direta para o diagnóstico é que existe **demanda e prática instalada**, mas **sem sustentação organizacional**, o que reduz escalabilidade, compromete padronização e pode afetar qualidade e segurança da atuação.

Trata-se de um dos achados mais relevantes porque evidencia que o principal déficit não é apenas “falta de mediação”, mas sim a existência de uma **mediação já praticada, porém sem estrutura institucional**, o que reforça a necessidade de **formalização, capacitação e suporte sistêmico** como prioridade estratégica.

Contribuições Relevantes para Transversalidade

A Força da Transversalidade: O Eixo Integrador



1. Integração com a rede de proteção social

- As respostas apontam articulação direta com **assistência social, saúde e educação**, especialmente em conflitos familiares e situações de vulnerabilidade.
- Evidência: menção à necessidade de integração com **escolas, unidades de saúde e assistência social** para prevenção de conflitos e atuação precoce.

Contribuição: fortalece atuação conjunta entre áreas como infância, família, cidadania e direitos humanos.

2. Interface com a área criminal e prevenção da violência

- Relatos indicam uso da mediação em **crimes de menor potencial ofensivo** (ameaças, crimes contra a honra, perturbação do sossego).

Contribuição: conecta mediação à atuação criminal, permitindo abordagem preventiva e redução de judicialização penal.

3. Atuação sobre conflitos estruturais e territoriais

- Identificação de conflitos ligados a **uso do espaço público, precariedade urbana e ausência de infraestrutura**.

Contribuição: integra mediação com áreas como urbanismo, meio ambiente e políticas públicas, ampliando o alcance institucional.

4. Articulação com políticas de vulnerabilidade social

- Respostas destacam relações com **uso abusivo de álcool e drogas, abandono de idosos, guarda informal de crianças**.

Contribuição: amplia atuação transversal com direitos humanos, infância, idoso e assistência social.

5. Promoção de práticas restaurativas e cultura de paz

- Evidência de uso e sugestão de **círculos restaurativos e ações educativas comunitárias**.

Contribuição: conecta a mediação a múltiplas áreas (educação, criminal, família), com enfoque preventivo e pedagógico.

Os dados demonstram que a mediação comunitária atua como **eixo integrador entre diferentes áreas do MPCE**, permitindo atuação mais coordenada, preventiva e territorializada. Essa transversalidade justifica o desenvolvimento de **projetos institucionais amplos**, com envolvimento de múltiplos CAOs e integração com políticas públicas.

Ações Estratégicas PRONUMEC/MPCE (26-27)

Transformando os achados do diagnóstico em uma política estruturada de **4 eixos** para o PGA.





Eixo 1: Governança & Padronização

Protocolo Padronizado:
Criação de fluxo único e diretrizes operacionais.

Kits Operacionais:
Produção de roteiros, modelos e documentos para atuação imediata (Parceria CAO/FAM).

1. Produção de Kits Operacionais de Mediação

(#padronização #família)

Justificativa: Demanda por checklists, modelos e orientações práticas foi recorrente.

Descrição: Disponibilizar kits com roteiros, fluxos, documentos e orientações para atuação imediata. Parceria com materiais do CAO/FAM.

As ações propostas se concentram em quatro eixos estruturantes identificados nos dados:

- **Capacitação e estrutura técnica**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Padronização e governança**
- **Articulação e territorialidade**
- **Uso de tecnologia e dados**

Essas iniciativas respondem diretamente às **fraquezas (falta de estrutura), ameaças (escalada de conflitos) e oportunidades (demanda reprimida e articulação)** evidenciadas nas respostas. Indicam ainda potencial atuação junto ao CAO-FAM.

2. Instituir Protocolo Padronizado de Mediação Comunitária

(#família #vizinhança)

Justificativa: Demandas recorrentes por protocolos e fluxos indicam ausência de padronização institucional.

Descrição: Elaborar fluxo único de atendimento, modelos de peças e diretrizes operacionais para implementação uniforme nas promotorias.



3. Programa Permanente de Capacitação em Mediação

(#família #vizinhança)

Justificativa: Capacitação aparece entre os apoios mais demandados e ausência de equipe é recorrente.

Descrição: Ofertar cursos contínuos para membros e equipes, com foco em conflitos familiares e comunitários.

4. Criação de Núcleos Regionais de Mediação

(#território #vulnerabilidade)

Justificativa: Interior apresenta demanda e experiências relevantes, mas sem estrutura consolidada.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Descrição: Implantar núcleos regionais com equipes compartilhadas para atendimento a múltiplas comarcas.



5. Estratégia de Interiorização da Mediação Comunitária

(#território #vulnerabilidade)

Justificativa: Evidências de forte demanda no interior e contextos de vulnerabilidade social.

Descrição: Expandir atuação com apoio técnico e institucional para comarcas interioranas.

6. Formalização de Rede Interinstitucional Local

(#articulação #família)

Justificativa: Respostas apontam necessidade de articulação com escolas, saúde e assistência.

Descrição: Firmar protocolos com municípios e rede de proteção para encaminhamento e atuação conjunta.

7. Instituir Banco de Profissionais e Parceiros

(#articulação #território)

Justificativa: Demanda direta por criação de banco de parceiros foi recorrente.

Descrição: Mapear mediadores, técnicos e instituições locais para apoio às promotorias. Aproveitar plataformas já existentes de automação como o Cadastro de Peritos/NATEC.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Eixo 4: Dados & Tecnologia

Plataforma Digital Integrada: Sistema unificado de agendamento e registro de mediações.

Monitoramento (BI): Painel de inteligência com indicadores de conflitos e acordos firmados.

8. Implantar Sistema de Monitoramento e Indicadores (BI)

(#inteligência)

Justificativa: Necessidade de suporte em dados e acompanhamento foi apontada.

Descrição: Criar painel com indicadores de conflitos, acordos e impacto da mediação.

9. Implantar Plataforma Digital Integrada de Mediação

(#tecnologia #inteligência)

Justificativa: 100% indicam uso de videochamadas e alta demanda por ferramentas digitais.

Descrição: Criar sistema com agendamento, realização e registro de mediações, integrado a dados institucionais.

Foco Operacional: Programas de Impacto Direto



Mediação Preventiva Familiar

Intervenção precoce para evitar a judicialização e escalada em casos de guarda e convivência.



Conflitos de Vizinhança

Fluxos ágeis e estruturados para pacificar relações de convivência urbana e espaços públicos.



Práticas Restaurativas Comunitárias

Implementação de círculos de diálogo em comunidades vulneráveis e ambiente escolar.

10. Desenvolver Programa de Mediação Preventiva Familiar

(#família)

Justificativa: Conflitos familiares predominam e evoluem para judicialização e violência.

Descrição: Atuar preventivamente em conflitos de guarda, convivência e relações familiares com apoio da rede. Atuar em parceria com CAOFAFAM.

11. Implantar Mediação em Conflitos de Vizinhança

(#vizinhança)

Justificativa: Alta incidência de conflitos cotidianos com potencial de escalada.

Descrição: Criar fluxos específicos para atendimento ágil de conflitos comunitários e convivência urbana.

12. Programa de Práticas Restaurativas Comunitárias

(#culturadepaz #vizinhança)

Justificativa: Respostas sugerem uso de círculos restaurativos e ações educativas.

Descrição: Implementar círculos de diálogo e métodos restaurativos em comunidades e escolas.

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.

Em Sintonia Nacional: RADAR CNMP - 2026

Integração Institucional (1.3.1)

Parcerias locais e cooperação em rede.



Alta Aderência

Uso de Dados e Inteligência (2.1.2)

Implantação de Plataforma Digital e Painéis BI.



Alta Aderência

Direitos Humanos e Inclusão (1.4.04)

Promoção de Práticas Restaurativas e proteção de vulneráveis.



Alta Aderência

**A mediação comunitária é um instrumento transversal estratégico,
totalmente validado pelas diretrizes nacionais.**

AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Núcleos Regionais de Mediação	1.1.1.2 Promoção de promotorias especializadas	Alta	Alta convergência estrutural: ambas visam especialização e concentração de atuação temática , ampliando eficiência institucional.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Rede Interinstitucional Local	1.3.1.1 Parcerias e cooperação entre MPs	Alta	Alinhamento direto com o eixo CNMP de atuação em rede e cooperação institucional , também evidenciado nas respostas abertas.
Plataforma Digital de Mediação	2.1.2.1 Projeto de ciência de dados	Alta	Forte aderência na lógica de uso de dados e tecnologia para tomada de decisão e gestão , aplicável à mediação.
Banco de Parceiros	1.3.1.1 Cooperação entre MPs	Alta	Aderência direta à lógica de integração e compartilhamento de recursos institucionais , incluindo atores externos.
Sistema de Monitoramento (BI)	2.1.2.1 Ciência de dados	Alta	Correspondência direta com foco CNMP em indicadores, análise de dados e gestão baseada em evidências .
Práticas Restaurativas Comunitárias	1.4.04 Direitos humanos e minorias	Alta	Elevada aderência na dimensão de promoção da cultura de paz, inclusão e proteção de grupos vulneráveis .
Kits Operacionais de Mediação	2.1.2.2 Taxonomia e padronização	Alta	Forte alinhamento com a diretriz de padronização metodológica e classificação , essencial para replicabilidade institucional.

A análise revela que as ações propostas no diagnóstico de mediação comunitária apresentam:

Alta aderência estrutural com o CNMP (predominante)

Especialmente nos eixos:

- **Integração institucional (1.3.1)**
- **Uso de dados e inteligência (2.1.2)**
- **Direitos humanos e inclusão (1.4.04)**

Isso indica que a mediação comunitária pode ser posicionada como **instrumento transversal estratégico alinhado nacionalmente**.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a mediação comunitária, no âmbito do MPCE, já se apresenta como prática reconhecida e necessária, especialmente diante da alta incidência de conflitos familiares e de vizinhança, bem como de sua interface com situações de vulnerabilidade social e demandas da rede de proteção.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contudo, o diagnóstico também revela fragilidades estruturais relevantes, como a ausência de equipes técnicas em parte das unidades, a baixa padronização da atuação e a dependência de iniciativas individuais, o que limita a escalabilidade e a consolidação institucional dessa política.

Ao mesmo tempo, os dados apontam um cenário de oportunidades significativas, marcado pela existência de experiências locais, potencial preventivo elevado e forte aderência a diretrizes nacionais de atuação integrada e baseada em dados. Nesse contexto, a mediação comunitária se configura como instrumento estratégico para qualificar a atuação ministerial, reduzir a judicialização e promover a cultura de paz.

Consolidar essa prática de forma estruturada não é apenas uma necessidade operacional, mas uma oportunidade concreta de ampliar o impacto social do MPCE.



Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa